

AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 344 - Janeiro e Fevereiro / 2008

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595
ECT/DR/RJ
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

LEI DO PETRÓLEO COM SOBERANIA NACIONAL

Após as vitoriosas mobilizações contra os leilões da ANP, em 2007, a AEPET terá como meta central, em 2008, lutar pela modificação da Lei 9478/97, em prol da soberania do Brasil.

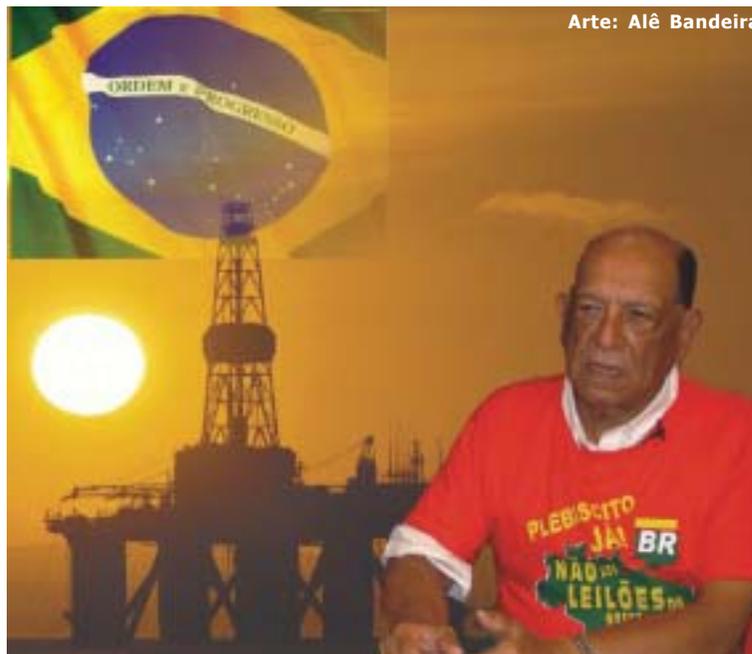
José Carlos Moutinho

O presidente da AEPET, Heitor Manoel Pereira, disse que 2008 promete ser um ano de grandes campanhas em defesa dos interesses nacionais e em defesa de um Brasil soberano. Ele lembrou que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em sua reunião do dia 08/11/07, quando da descoberta do campo Tupi, emitiu a Resolução número 6, artigo 4º, e confirmou assim uma posição da AEPET em relação ao setor de petróleo e gás: urge mudar a Lei 9478/97. O CNPE havia determinado que o Ministério de Minas e Energia "avalie, no prazo mais curto possível, as mudanças necessárias no marco legal que contemplem um novo paradigma de exploração e produção de petróleo e gás natural, aberto pela descoberta da nova província petrolífera, respeitando os contratos em vigor". O referido artigo atestou que a Lei 9478/97 é susceptível de ser reavaliada.

A decisão do CNPE foi respaldada na análise dos resultados da perfuração de 15 poços e testes em oito deles na área denominada Pré-Sal, entre 5 mil e 7 mil metros de profundidade, entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, nas bacias do Espírito Santo, de Campos e de

Santos. A área do Pré-Sal tem cerca de 800 km de extensão e até 200 km de largura, em lâmina d'água entre 1,5 mil e 3 mil metros. Os testes indicaram a existência de grandes volumes de óleo leve de alto valor comercial (30 graus API), e grande quantidade de gás natural. A Petrobrás é operadora da área (BM-S-11), detendo 65%. Outras petrolíferas estrangeiras também possuem parcelas do setor onde a Petrobrás opera. A britânica BG detém 25% e a portuguesa Petrogal-Galp Energia 10%.

Para Heitor, a Lei 9478/97, que rege os leilões da ANP, "agrinde frontalmente a nossa soberania, portanto, é uma lei de traição nacional, pois está permitindo a entrega do nosso bem estratégico – petróleo – às multinacionais, notadamente as anglo-saxônicas que dominam o setor petrolífero". "A nossa campanha de 2008 vai ser no sentido de convidar a sociedade brasileira como um todo – independente de partido político, de fé religiosa, de suas preferências culturais – para centrar esforços na luta por uma política nacional soberana no setor petróleo, em benefício da sociedade brasileira. Neste momento, em face das descobertas dos campos Tupi e Júpiter, tal tese se reforça. Os brasileiros em



Arte: Alê Bandeira

geral não podem ignorar esse tesouro que lhes pertence".

A difícil conjuntura internacional do petróleo, para Heitor Pereira, também é outro fator que reforça a tese da defesa de um novo marco regulatório no setor petrolífero brasileiro. "Não é possível a sociedade brasileira conviver com um marco regulatório que não leva em conta a atual conjuntura internacional. Ou seja, o energético está chegando ao seu ponto máximo de produção. Mas, segundo alguns especialistas, o pico de produção, que estava previsto para ocorrer em 2010, já chegou. A Arábia Saudita, por exemplo, está fazendo esforços no sentido de recuperar as suas reservas. Nos últimos 25 anos não foi feita nenhuma grande desco-

berta significativa de petróleo. Só a Petrobrás fez uma grande descoberta na bacia de Campos e agora o campo Tupi, na bacia de Santos".

Heitor Pereira acrescentou, ainda, que duas análises são certas: o petróleo não será mais um energético barato – já atingiu os US\$ 100, no início de 2008 e alguns especialistas prevêem que o preço do barril de petróleo poderá chegar, ainda em 2008, aos US\$ 150 e US\$ 200 em 2015. Nesse sentido, Heitor acredita que o povo brasileiro não pode concordar que o atual governo (ou qualquer outro) mantenha a política de espoliação das nossas riquezas naturais, em benefício das multinacionais.

Continua na pág 03



Editorial:
Razões para Mudar
Pág.: 02

Plano UnniAepet
Pág.: 02

Petros:
Déficit Evaporou
Pág.: 03

.....
Leitura Obrigatória:
"Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes"
Pág.: 03
.....

Modecon Lança Movimento em Defesa da Amazônia
Pág.: 04



RAZÕES PARA MUDAR

Editorial

Segundo especialistas sérios, a produção mundial de petróleo passa pelo seu máximo entre 2004 e 2010. A partir daí, o preço do barril será sempre crescente (mesmo sem guerra). Eles previram, há dez anos, que o barril de petróleo chegaria a US\$ 100 por volta de 2010. Hoje, eles prevêem preços de US\$ 180 em 2015 e 300 em 2020, o que só não ocorrerão se os EUA falirem. Há poucas alternativas para substituição do petróleo, além do gás natural, assim mesmo, por pouco tempo. No caso do Brasil a situação se torna mais confortável se as reservas do pré-sal se confirmarem no patamar de 80 bilhões de barris como esperam os técnicos da Petrobrás. Havendo essa confirmação, amplia-se a razão para mudança da Lei 9478/97, pois seu artigo 26 entrega o petróleo para quem produz. Mas os artigos 3 e 21 dessa mesma Lei, seguindo o disposto na Constituição Brasileira, estabelecem que o petróleo é da União, portanto do povo brasileiro. Não tem sentido entregá-lo de graça para empresas estrangeiras, que não investiram nem correram risco para encontrá-lo, as quais irão exportá-lo em detrimento dos seus verdadeiros donos: o povo brasileiro.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C. Coutinho
Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes
Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma
Cultural: Sílvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo
Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macacé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espirito Santo:** Paulo W. Magalhães
S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)
Reportagem: José C. Moutinho
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globocom
Arte: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Jornal do Comercio
Tiragem: 21 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br
Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Dir. de Assuntos de Pessoal

1 - Plano de Saúde UNNIAEPET

As inscrições para o novo plano de saúde UNNIAEPET (da UNIMED) começam no próximo dia 28/01/2008 e serão feitas através de uma central de tele-atendimento nos números: 2158-0580 (RJ) - 0800 247 838 (Outros Estados). Esta central atenderá a chamadas de sócios da AEPET de todo o País. O plano é de caráter nacional e se estende a seus familiares. Quem ainda não é associado, mas desejar participar do plano UNNIAEPET, deverá se inscrever primeiro. Para ser associado deve estar trabalhando numa empresa do sistema Petrobrás ou ser aposentado, e possuir qualquer diploma de nível superior, mesmo que na empresa o registro esteja ou tenha sido feito como nível médio. As dúvidas relacionadas ao Plano UNNIAEPET ou à inscrição como sócio poderão ser esclarecidas na AEPET através do telefone (21) 2533-1110 com Margareth, responsável pela informação aos associados.

2 - Ações contra o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR)

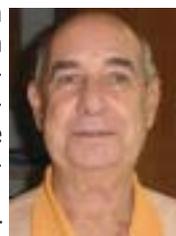
- As ações individuais declaratórias

contra o AOR continuam a ser recebidas na AEPET, sendo aceitos participantes de outros estados. O núcleo da entidade também poderá auxiliar.

3 - Ações de Níveis - A AEPET está analisando, por meio de suas áreas jurídica e de pessoal, a possibilidade de montar um esquema semelhante ao acima para iniciar as ações com o objetivo de obter os níveis que a Petrobrás deu aos ativos, mas a Petros não repassou aos aposentados e pensionistas. Oportunamente daremos maiores detalhes.

4 - Novos sócios - Continua a haver um fluxo de entrada de novos sócios na AEPET. Ele tem superado em muito a saída eventual de associados. Os ativos que se aposentam devem informar essa situação à AEPET para que não percam a condição de associados, pois nem a Petrobrás nem a Petros informam esta ocorrência à entidade. Eventual mudança de endereço e aqueles que são transferidos de uma unidade da Pe-

trobrás para outra, também devem comunicar os novos dados. Isto pode ser feito via correio eletrônico: beneficios@aepet.org.br



5 - Lei do Petróleo - Em novembro de 2007, os movimentos populares, sindicatos, pastorais, artistas e intelectuais entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, um documento sobre a situação das áreas exploratórias em petróleo e gás no Brasil. Os signatários pediram a suspensão imediata dos leilões de todas as promissoras em petróleo e gás. Eles reivindicaram também a readequação da Lei do Petróleo em vigor (9478/97) para garantir a soberania nacional sobre o petróleo e gás produzidos e o abastecimento do mercado interno, dentro de um planejamento estratégico do ritmo de produção, tendo em vista o desenvolvimento do País.

Plano de Saúde UNIMED (UnniAEPET)



Em virtude dos novos procedimentos em eventos em saúde da Agência Nacional de Saúde, onde contempla as novas coberturas, e em recente pesquisa realizada junto ao público alvo, onde ficou caracterizado que a maior concentração de beneficiários se encontra nas faixas de 34 a 38, de 39 a 43 e de 49 a 53, apresentamos a tabela de preços que começou a ser comercializada a partir do dia 30/01/2008, com início de vigência em 01/04/2008. Abaixo relacionamos as principais coberturas que serão contempladas pelo convênio UnniAEPET:

Atendimento por profissionais de saúde

Consulta/sessão de nutrição – 6 por ano
Consulta/sessão de terapia ocupacional – 6 por ano
Sessão de psicoterapia – 12 por ano
Consulta/sessão de fonoaudiologia – 6 por ano

Procedimentos para anticoncepção

- Inserção de DIU (inclusive o dispositivo)
- Vasectomia
- Ligadura tubária

Procedimentos cirúrgicos e invasivos

- Procedimentos cirúrgicos por videolaparoscopia (apendicectomia, colecistectomia, biópsias etc): esta técnica é menos invasiva do que as técnicas a céu aberto.
- Dermolipectomia para correção de abdome em avental após tratamento de obesidade mórbida.
- Remoção de pigmentos de lente intraocular com Yag Laser: este procedimento evita que se faça uma nova cirurgia somente para a remoção dos pigmentos após a operação de catarata.
- Mamotomia: biópsia de mama a vácuo, com um corte menor.
- Tratamento cirúrgico da Epilepsia.
- Tratamento pré-natal das hidrocefalias e cistos cerebrais.
- Transplantes autólogos de medula óssea.

Exames laboratoriais (com diretriz de utilização)

- Análise de DNA para diversas doenças genéticas.
- Fator V Leiden, Análise de mutação.
- Hepatite B – Teste quantitativo.
- Hepatite C – Genotipagem.
- Dímero D.
- Mamografia digital.

Tabela de Preços Unimed AEPET			
Plano	Básico	Especial	Executivo
Acomodação	Enfermaria	Q. Individual	Q. Individual
Atendimento	Nacional	Nacional	Nacional
Até 18 anos	R\$ 75,84	R\$ 90,99	R\$ 136,49
19 a 23 anos	R\$ 88,11	R\$ 119,10	R\$ 178,65
24 a 28 anos	R\$ 111,85	R\$ 134,22	R\$ 201,34
29 a 33 anos	R\$ 126,54	R\$ 151,84	R\$ 227,76
34 a 38 anos	R\$ 130,20	R\$ 156,24	R\$ 234,36
39 a 43 anos	R\$ 145,89	R\$ 179,37	R\$ 281,06
44 a 48 anos	R\$ 185,79	R\$ 222,95	R\$ 334,41
49 a 53 anos	R\$ 219,39	R\$ 262,99	R\$ 394,49
54 a 58 anos	R\$ 325,91	R\$ 359,23	R\$ 616,13
59 >	R\$ 454,26	R\$ 545,10	R\$ 817,68

Telefones para informações:

Rio de Janeiro:
21580580

Outros estados:
0800247838



"A nossa luta em 2008 deve ser o prosseguimento da nossa agenda de recuperação da nossa soberania plena sobre as nossas reservas de petróleo e gás natural. Nesse sentido, a AEPET está estudando propostas para a modificação da Lei 9478/97. **Convidaremos as diversas entidades da sociedade brasileira para debater a questão e apresentar ao Congresso Nacional uma proposta de lei que objetive restabelecer a soberania plena do Brasil no setor**", reforçou Heitor.

Até que se estabeleça um novo marco regulatório, a campanha em defesa do petróleo brasileiro solicitará ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a supressão dos leilões. Para Heitor, a ANP deve deixar de realizá-los e cuidar de outros assuntos relevantes de sua atribuição,

como, por exemplo, fiscalizar o mercado de derivados de petróleo, sempre repleto de denúncias de adulterações de combustíveis.

Terceirização

Outra questão de relevância que estará na agenda de lutas da AEPET, é o problema da terceirização. "A terceirização é uma imposição da oligarquia financeira internacional no sentido de explorar os trabalhadores até a exaustão. Essa oligarquia cassou vários direitos conquistados pelos trabalhadores no decorrer do século XX".

As empresas do setor público, defendeu Heitor, devem promover concursos de acordo com o que determina a Constituição Federal. "A terceirização foi introduzida no Sistema Petrobrás pelo governo FHC, mas até hoje é uma forte pre-

ocupação dos petroleiros. Além de debilitar a política de Recursos Humanos, a terceirização atinge diretamente o equilíbrio do Plano Petros, pois os terceirizados não contribuem para o plano. E a patrocinadora principal – a Petrobrás – não contribui em função dos terceirizados". "A política de terceirização foi uma determinação do Consenso de Washington, que foi acatada pelos governo brasileiros. Portanto, vamos lutar contra essa política e pelo cumprimento do que determina a Constituição Federal, que é a contratação por concurso".

Finalizando, Heitor ressaltou que "se nós conseguirmos alcançar os sucessos que estamos pretendendo — e achamos poder alcançá-los —, contribuiremos com a mudança da orientação da política econômica brasileira".

PETROS: DÉFICIT EVAPOROU

O déficit de R\$ 5,2 bilhões "montado" em dezembro de 2004, e que deveria ocorrer nos próximos 30 anos, evaporou. Chegou a R\$ 220 milhões, apenas, em outubro de 2007 (menos de 3 anos). Vale lembrar que tal déficit caiu para R\$ 3,2 bilhões em janeiro de 2006. Inexplicavelmente, mesmo com a rentabilidade da Petros crescendo acima do previsto, subiu para R\$ 4,5 bilhões em setembro de 2006.

Foi o argumento principal (assédio moral) utilizado pelas direções da Petrobrás, Petros e FUP no processo de "reapactuação" do Plano Petros: "Se não houver a reapactuação, o déficit será dividido com os participantes", "haverá uma elevação de 62% na contribuição", entre outras ameaças. Um ano depois, o déficit despencou para R\$ 220 milhões. Quem acreditou nos argumentos apresentados pelas entidades que compõem o CDPP (Comitê em Defesa dos Parti-

cipantes da Petros) e não vendeu seus direitos pode ficar aliviado, pois o déficit insustentável evaporou.

A Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) avaliou que a "reapactuação" foi um processo de transferência de riqueza. A aposentadoria dos funcionários foi reduzida para quem reapactuou. E vai engordar os lucros dos acionistas com a cumplicidade da FUP. "Mas antes que este processo termine, muita luta ainda vai rolar", garantiu a FNP. O CDPP já retomou as reuniões e promete empreender o combate na defesa dos participantes da Petros para que a Petrobrás honre o que determina o artigo 41 do Regulamento do Plano Petros.

A AEPET e demais entidades estão envidando esforços, através de seus advogados, para que os direitos dos participantes sejam resguardados.

LEITURA OBRIGATÓRIA

Do cientista político Hélio Jaguaribe, que prefaciou o livro "Desafios brasileiros na era dos gigantes" do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães: "Particularmente importante, como salienta o embaixador Pinheiro Guimarães, notadamente no capítulo 7, é a influência do cinema e da televisão americanos, que dominam o mercado internacional e se sobrepõem, em cada país, às próprias influências domésticas, gerando uma imagem do mundo e um regime de valores e condutas ditados pela cultura americana. A hegemonia americana, embora extremamente ampla, ainda não é universal. A ela opõem resistências - com exceção da Grã-Bretanha - os países integrados à União Européia, ou os grandes países asiáticos, como a China e a Índia. De forma mais tímida e cautelosa, o Brasil, no âmbito do Mercosul, logra preservar certa margem de autonomia".

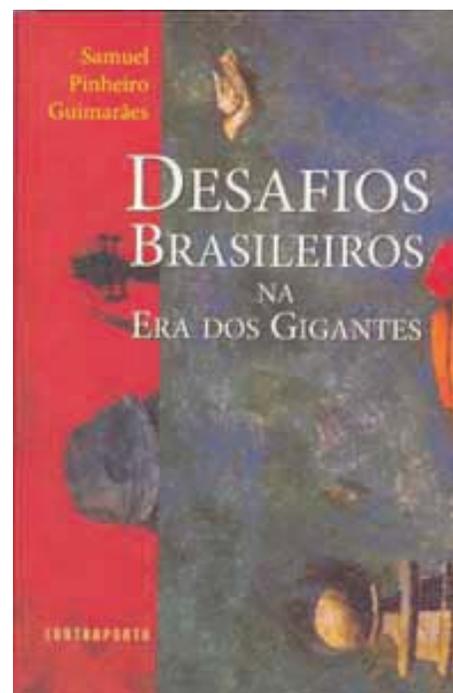
Para o presidente da AEPET, Heitor Pereira, o secretário-executivo do Minis-

tério das Relações Exteriores "faz uma análise crítica de forma cristalina que leva a todos a entender a atual conjuntura nacional dentro do mundo globalizado e qual deve ser o destino de nosso País. Um trabalho de grande alcance intelectual, que demonstra como o Brasil pode se transformar numa nação civilizada e justa". O livro pode ser comprado na AEPET a R\$ 35.

O brigadeiro Sérgio Ferolla avaliou que o livro é um "excelente trabalho e um retrato em preto e branco, sem retoques, do nosso País".

O membro da Academia Brasileira de Letras, Eduardo Portela, destacou que a obra é "a mais perfeita radiografia da nossa realidade: íntegra e corajosa".

Mais informações pelo telefone (21) 2533-1110 com Margareth ou pelo correio eletrônico aepet@aepet.org.br



Adquira já o seu exemplar!

LIVROS À VENDA



Globalização Versus Desenvolvimento

Por: Adriano Benayon

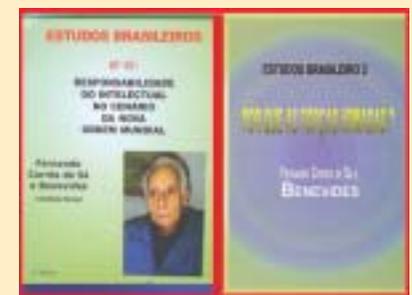
R\$ 25,00

O Despertar do Nativismo Brasileiro

Tomo I - Século XVII

Por: Edson Monteiro

R\$ 24,00



Estudos Brasileiros

Por: Fernando Correa de Sá e Benevides

Caderno 1:
Responsabilidade do Intelectual no Cenário da Nova Ordem Mundial

R\$ 10,00

Caderno 2:
Por que as Forças Armadas?

R\$ 10,00



DIA 21/04

**LANÇAMENTO
OFICIAL DO
MOVIMENTO EM
DEFESA DA AMAZÔNIA**

O Modecon está convidando a todos os brasileiros para o lançamento oficial do Movimento em Defesa da Amazônia, que se realizará no dia 21/04/2008, na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Av. Araújo Porto Alegre, 71 - Centro do Rio de Janeiro. Os detalhes do evento serão fornecidos posteriormente.

OUÇA



Você também pode ouvir o programa pela internet. Sempre a partir das 13h acessando:
www.programafaixaivre.org.br

ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse:
www.aepet.org.br

Modecon lança o Movimento Nacional em Defesa da Amazônia

O Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon) promoveu uma concorrida reunião, no dia 14/01/08, na ABI, Centro do Rio de Janeiro, para a criação do Movimento Nacional em Defesa da Amazônia. A presidente do Modecon, Maria Augusta Tibiriça Miranda e o seu vice-presidente, Ricardo Maranhão, dirigiram o encontro que reuniu civis e militares de diversas entidades representativas da sociedade brasileira. Na oportunidade foi distribuído o manifesto de lançamento do movimento.

Maria Augusta Tibiriça ressaltou que a campanha em defesa da Amazônia será suprapartidária, a exemplo do que ocorreu com a campanha "O petróleo é nosso". "Essa campanha deve ser nacional para podermos preservar a nossa Amazônia e garantir a integridade do solo brasileiro. Necessariamente essa campanha deverá ser suprapartidária, supraclassista, supratudo. Seja quem for que queira participar da campanha em defesa da Amazônia, este é o denominador comum".

O engenheiro Ricardo Maranhão, antes de fazer sua exposição, deixou claro que não é candidato a nenhum cargo eletivo nas próximas eleições. "Mas continuo cidadão-candidato até morrer na defesa do Brasil", declarou. Ele destacou que aquela reunião teve como objetivo discutir providências iniciais para a organização de um amplo movimento nacional em defesa da Amazônia. Ele elencou algumas características da Amazônia e propostas iniciais de luta em defesa da região. "Devemos interromper, por exemplo, o processo de licitação, que está em andamento, que entregará cerca de 170 mil hectares do território brasileiro para empresa privada. A lei de gestão das florestas, por melhor que ela tenha sido elaborada, é a renúncia do Estado brasileiro ao controle sobre a Amazônia".

Por que defender a Amazônia?

- Ela representa 60% do território brasileiro;
- A Amazônia é uma região riquíssima, com quase 15% das reservas de água-doce do planeta; é a maior floresta tropical do mundo; sua biodiversidade não tem paralelo no planeta; tem re-

ursos madeireiros extraordinários; em 1966, na Amazônia, foi descoberta a província mineral de Carajás;

- Apenas 10% do território da Amazônia foram cadastrados, mapeados e registrados geologicamente.

Algumas (das muitas) ameaças à Amazônia

- Os espaços despovoados;
- A fraca presença de brasileiros, inclusive em enormes faixas de fronteiras. A Amazônia tem mais de 11 mil quilômetros de fronteiras (com sete países);
- O narcotráfico, o contrabando, a biopirataria, hidropirataria, a existência de numerosas bases militares norte-americanas em países vizinhos;
- As queimadas e o desmatamento irresponsável;
- A atuação de inúmeras ONGs, inclusive estrangeiras, sem qualquer controle das autoridades governamentais brasileiras;
- O enfraquecimento, o sucateamento e as dificuldades para uma efetiva atuação das Forças Armadas (FFAA), instituições permanentes com garantias asseguradas na Constituição Federal. As FFAA são instituições garantidoras da defesa de nossa soberania, da ordem interna e a integridade do nosso território;
- As reiteradas e ameaçadoras declarações de líderes mundiais, com propostas de "soberania compartilhada", "soberania relativa", afirmações como "a Amazônia é patrimônio da humanidade", "é pulmão do mundo", "os brasileiros devem dividir os cuidados da Amazônia com a comunidade internacional";
- O acúmulo extraordinário de riquezas e de recursos naturais escassos, que estimulam a cobiça internacional;
- A constante presença de estrangeiros em missões "científicas" e de "catequese", entre outras;
- A omissão do poder público com a conseqüente "adoção" das populações indígenas e ribeirinhas por ONGs com propósitos "assistenciais" e de "proteção", a exemplo do que ocorre nas áreas urbanas, onde o Estado brasileiro não se faz presente, se omite e permite que a nossa juventude seja adotada pelo nar-



cotráfico. O Estado brasileiro tem visão de privilegiar as áreas menos necessitadas, com a colocação de seus equipamentos urbanos e o poder público, e esquece das áreas mais carentes, como por exemplo, as favelas;

- As decisões oficiais da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre direitos das populações indígenas, a autonomia, a autodeterminação, bem como as decisões semelhantes emitidas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- A compra de grandes áreas por cidadãos e empresas estrangeiras, em desrespeito à Constituição Federal e à Legislação brasileira;
- As sucessivas propostas de internacionalização da Amazônia, a pretexto de defender as populações indígenas, combater desmatamento e preservar o meio ambiente.

Os objetivos do Movimento Nacional em Defesa da Amazônia

- Promover a integração, o desenvolvimento, a defesa e a preservação da Amazônia;
- Lutar pelo respeito às comunidades indígenas, seus direitos, culturas e tradições;
- Defender políticas que assegurem o efetivo controle do Estado brasileiro, nas ações desenvolvidas na região amazônica por ONGs;
- O combate permanente e eficaz à biopirataria, ao contrabando e ao narcotráfico;
- O fortalecimento das Forças Armadas (e da sua atuação na Amazônia) de forma a garantir a nossa soberania, a segurança dos brasileiros e a integridade do território nacional;

- Recursos para projetos de infraestrutura, entre outros, essenciais ao desenvolvimento e à definitiva integração ao território nacional;
- O efetivo controle do desmatamento, garantindo o aproveitamento e a exploração econômica responsável e sustentável dos recursos madeireiros da região;
- O desenvolvimento sustentável da Amazônia, com exploração racional da biodiversidade e recursos minerais;
- Pugnar no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais pela aprovação de iniciativas legislativas que favoreçam a integração, desenvolvimento, a defesa e a preservação da Amazônia;
- Propor iniciativas que fortaleçam a presença e atuação dos órgãos públicos (das três esferas de governo) e assegurem sua atuação de forma coordenada na região amazônica.

A reunião que foi intercalada por cânticos nacionais, prestou homenagens aos brasileiros que se empenharam na luta de defesa da Amazônia, como, por exemplo, o professor Henrique Miranda e Orlando Valverde.

Entre as diversas presenças, prestigiaram a reunião o presidente da Adnan, brigadeiro Rui Moreira Lima; o ex-secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, João Luiz Duboc Pinaud; o advogado Modesto da Silveira; o representante do Clube Militar, coronel Gilberto Guedes Pereira; presidente do CNDDA (Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia), Moacyr Paixão; a presidente do PCB, professora Zuleide Faria de Mello; diversos dirigentes da Casa da América Latina, entre outras entidades da sociedade brasileira.

(JCM)

